

Dinâmica espacial do envelhecimento em grandes aglomerações urbanas*

Spatial dynamics of ageing in large urban agglomerations

Ednelson Mariano Dota

Doutor em Demografia, Universidade Federal do Espírito Santo. Pesquisador CNPq. E-mail: ednelson.dota@ufes.br

 0000-0002-8726-0424

André Luiz Nascentes Coelho

Doutor em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: alnc.ufes@gmail.com

 0000-0001-9068-495X

Rennan Moraes Rodrigues

Doutorando em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Email: rmoraesrodrigues@gmail.com

 0000-0003-4788-7473

Marcone Henrique Freitas

Mestre em Geografia, Instituto Federal do Espírito Santo, Campus Centro-Serrano. E-mail: marcone.h.freitas@gmail.com

 0000-0002-6346-4641

Resumo

O presente artigo discute a relação entre o envelhecimento populacional e os movimentos migratórios, analisando tais fenômenos a partir da dinâmica espacial da população em grandes aglomerações urbanas. Verificou-se que a dinâmica espacial do envelhecimento em grandes aglomerações é heterogênea, tendo com elemento de diferenciação a renda média da população e o processo histórico de desenvolvimento urbano, com tendência a modificação pela aceleração do envelhecimento em curso.

Palavras-chave: Mobilidade residencial; Migração; Espaço Urbano

Abstract

This paper discuss the relationship between population ageing and migratory movements, analyzing from a spatial dynamics of population in large urban agglomerations. We show that the spatial dynamics of ageing in large urban agglomerations is heterogeneous, having as a differentiating element until now the average income of the population and the historical process of urban development, with a tendency to change due to the acceleration of ageing in progress.

Keywords: Residential mobility; Migration; Urban Space

DOI: 10.18616/rdsd.v9i1.7815

Recebido: 24/01/2023

Aprovado: 10/05/2023



*Este artigo é resultado parcial dos projetos de pesquisa "Dinâmica demográfica familiar e padrão migratório no Brasil: transformações desde os anos 1990" (CAPES-SNF) e "Mobilidade residencial, família e desigualdades no espaço intraurbano" (CNPq).

1. Introdução

O envelhecimento populacional está em aceleração e é um tema relevante para diversas ciências, sejam aquelas que o consideram a partir da perspectiva individual, como nas áreas da saúde, sejam outras que abordam o envelhecimento enquanto fenômeno social, coletivo, cujas implicações reverberam para além do indivíduo idoso. Nossa análise se inscreve no segundo caso, numa perspectiva focada na dinâmica espacial do envelhecimento populacional e seus resultados em torno das demandas por políticas públicas no nível local, estadual e federal.

Em estudo anterior (DOTA et al., 2021) evidenciaram desigualdades intramunicipais relevantes em termos de envelhecimento e que essas diferenças resultariam de processos sociais ligados à produção e reprodução do espaço urbano, bem como, a mobilidade espacial da população. Esse resultado advém do fato de que estamos definindo o envelhecimento como a relação entre os grupos etários denominados como população idosa, adulta e jovem, ou seja, tendo como base o indicador idade e a estrutura populacional. Portanto, as diferenças no envelhecimento em nível intramunicipal resultam decisivamente dos processos urbanos, como o período do surgimento e ocupação de uma área, mas também da própria circulação das pessoas ao longo do tempo, via migração e mobilidade residencial, que modificam a estrutura populacional dos bairros, de maneira absoluta e relativa.

A redução do crescimento demográfico nas últimas décadas, fenômeno observado em nível internacional e intenso no Brasil, coloca ainda mais ênfase no papel da mobilidade espacial da população para a compreensão da velocidade e espacialização de fenômenos como o envelhecimento (RODRÍGUEZ-VIGNOLI, 2019; 2022; OLIVEIRA, 2022).

Nesse artigo, nosso objetivo é analisar a importância da relação entre a migração e o envelhecimento populacional na conformação da dinâmica espacial do envelhecimento. A nossa hipótese é a de que a migração desempenha um papel central e cada vez mais relevante para a compreensão do envelhecimento no espaço urbano, sendo condicionada pelos processos de produção e reprodução do espaço urbano, que deve ser analisada em nível regional no contexto das grandes aglomerações urbanas. Isso evidencia, portanto, que há diferenças na intensidade do envelhecimento nas diferentes porções das grandes aglomerações urbanas, o que indica a necessidade de adoção de políticas públicas locais que considerem essas diferenças.

O recorte espacial para a análise são os sete municípios que compõem a Região Metropolitana da Grande Vitória, no estado do Espírito Santo, mais especificamente a própria capital, Vitória, junto a Vila Velha, Serra, Cariacica, Fundão, Guarapari e Viana. Essa escolha se justifica pelas intensas trocas migratórias entre eles, que resultam em modificações socioespaciais nas diferentes porções territoriais desses municípios, que

devem ser considerados como interdependentes justamente pela complementaridade socioespacial.

Vamos evidenciar, ao longo deste artigo, que a relação entre a mobilidade espacial da população e o envelhecimento estarão a criar demandas por políticas/ações governamentais diferenciadas no território metropolitano e dentro dos municípios, sendo a análise e acompanhamento dessas dinâmicas elemento central para o planejamento e execução de políticas públicas efetivas para que o envelhecimento não se torne mais um passivo nas grandes aglomerações.

2. Procedimentos metodológicos

Para analisar o envelhecimento numa perspectiva intramunicipal, optou-se pelo uso dos microdados do Censo Demográfico de 2010 a partir das áreas de ponderação, que são unidades operacionais utilizadas pelo IBGE para calibração da amostragem (IBGE, 2011). Essa escolha deriva da necessidade de observar a dinâmica espacial do envelhecimento, e as áreas de ponderação são as menores unidades em que são disponibilizados os dados da amostra do censo demográfico.

Cabe destacar, de todo modo, que a unidade de coleta de informações mínimas para os dados de migração é o município, portanto, no nível intramunicipal é possível analisar em que área de ponderação esse migrante residia na data de referência da pesquisa, mas só é considerado migrante pessoas que fizeram o movimento entre municípios diferentes.

O critério para análise do envelhecimento foi a idade autodeclarada, sendo que os grupos etários considerados na construção do índice de envelhecimento foram os jovens (0 a 14 anos), adultos (15 a 59 anos) e idosos (60 anos ou mais), com o índice calculado assim:

$$IE = \frac{\text{população idosa (60 anos ou mais)}}{\text{população jovem (0 a 14 anos)}} \times 100$$

Optou-se por utilizar o índice de envelhecimento (IE) em vez da proporção de idosos na área de ponderação, pois essa proporção sofre maior influência da quantidade de população residente na área, perdendo capacidade analítica.

Importante ressaltar que os dados da projeção de população de 2018 (IBGE, 2018) foram utilizados para reflexão sobre a intensidade do envelhecimento da população brasileira nas próximas décadas. Não obstante os dados da prévia do Censo de 2022 já indicar um crescimento menor da população, a ser confirmado ao final do Censo, a projeção permanece como horizonte de relativa segurança quanto às tendências, apenas aceleradas caso o menor crescimento verificado se confirme ao final da pesquisa.

3. Migração e envelhecimento

Muito embora exista uma gama de pesquisas relacionadas com o envelhecimento ou com os movimentos migratórios, trabalhos que reflitam as duas categorias de forma associável ou complementar ainda são escassos. Diante disso, demonstramos a relevância da análise integrada para a compreensão dos processos demográficos no espaço intraurbano e, a partir daí, estabelecer sua importância para o avanço na reflexão dos estudos da dinâmica espacial do envelhecimento.

Quando tratamos da dinâmica espacial do envelhecimento, estamos nos referindo ao processo de envelhecimento que, enquanto em nível individual é linear e uniforme, quando olhamos a partir de recortes territoriais encontramos diferenças importantes. São essas diferenças que vão resultar em demandas também distintas em termos de políticas públicas.

Um primeiro passo é definir qual abordagem será dada para a análise e reflexão. Nesse sentido, partiremos de uma leitura demográfico-espacial, portanto, olharemos para a distribuição espacial da população por idade, conforme Bailey (2005). A migração ganha destaque no processo de envelhecimento em nível intramunicipal porque a entrada ou saída de pessoas em determinado espaço geográfico altera a estrutura etária tanto no local de destino como no local de origem (CARVALHO; RIGOTTI, 2015; RODRÍGUEZ-VIGNOLI, 2019), visto que há um padrão de idade no processo migratório (ROGERS, 1988; CAMPOS; BARBIERI, 2013) que, apesar de se diferenciar entre países, é relativamente comum com maior intensidade da migração para jovens adultos (BERNARD; BELL; CHARLES-EDWARDS, 2014).

Nessas tendências de modificação do padrão do envelhecimento a partir da migração, Camarano e Abramovary (1999), ao refletirem sobre o êxodo rural brasileiro ocorrido a partir da segunda metade do século XX, demonstraram que a migração de população jovem para os grandes centros contribuiu para o envelhecimento no campo, junto também com uma maior masculinização da população.

Este último aspecto ocorreu por haver maior migração feminina dentro do processo de “esvaziamento” do campo e crescimento das cidades. Este fenômeno, somado com a maior longevidade feminina trouxe como consequência uma feminização do envelhecimento no meio urbano.

Oliveira (2006) alerta que o envelhecimento, assim como os demais fenômenos demográficos, apresenta-se de forma heterogênea pois resulta das dinâmicas econômicas, culturais e sociais. Da mesma maneira aparece no território, com destaque nas grandes aglomerações urbanas, sobretudo pela dinâmica específica de expansão urbana que condiciona a (re)distribuição espacial da população a partir da mobilidade residencial e da

migração intrametropolitana, com características da população bem-marcadas inclusive em termos de idade (DOTA, 2015; CUNHA, 2018).

Na escala urbana, portanto, é possível refletir a heterogeneidade do envelhecimento dialogando com a própria lógica da produção do espaço. Oliveira (2006) e Guidugli (2002), analisando o caso do município de São Carlos, em São Paulo, constataram uma tendência de concentração da população idosa nas áreas centrais da cidade, relacionada com as questões de renda, pois a população mais jovem tende a apresentar menores salários médios e serem atraídas para as áreas periféricas, num processo de envelhecimento relativo, ou seja, não apenas pelo movimento dos mais velhos, mas pelo conjunto da sociedade.

Outro fator igualmente importante é a própria desigualdade socioespacial entre os diversos bairros, que reflete em diferentes condições de vida mesmo entre áreas vizinhas. No caso do município de São Paulo, de acordo com o Mapa da Desigualdade (REDE NOSSA SÃO PAULO, 2020), enquanto nas áreas mais centrais da cidade a expectativa de vida pode alcançar os 81 anos, como nos bairros nobres de Jardim Paulista e Altos de Pinheiros, nas áreas periféricas a expectativa de vida não ultrapassa os 58 anos, como em Jardim Ângela e Cidade Tiradentes.

É com base nessas heterogeneidades, que tem uma dimensão claramente territorial, por onde reverberam as diferenças de envelhecimento em nível intramunicipal e que se faz necessário pensar nos desafios que a gestão pública deve enfrentar em suas mais diversas abrangências, principalmente considerando as dinâmicas a que cada município está exposto. Assim, o próprio envelhecimento em nível individual é apenas uma das variáveis que afeta a dinâmica espacial do envelhecimento nas grandes aglomerações, fato que será melhor desenvolvido nas próximas seções.

4. Envelhecimento e políticas públicas

Nas últimas décadas o impacto do envelhecimento na sociedade foi incontestável, especialmente no que diz respeito às condições de saúde. Com o aumento na longevidade, o desafio de envelhecer passou a ser viver mais mantendo a autonomia e o bem-estar físico, mental e social (MARI et al., 2016), transformando o envelhecimento em um dos grandes temas de reflexão para a saúde e para a promoção de políticas públicas.

O rápido crescimento no número de idosos vem sendo acompanhado por significativas mudanças no perfil epidemiológico e demográfico da população. Segundo Santos e Silva (2013), essas alterações trazem importantes repercussões na vida do idoso, na de sua família e na comunidade a qual estão inseridos, particularmente em casos em que o envelhecimento está acompanhado pela dependência.

Neste contexto, a necessidade de pensar políticas públicas que visem melhorar as condições de vida na terceira idade dá-se não apenas em questões relacionadas aos problemas médico-hospitalares, mas também através das interações psíquicas, à independência financeira, à autonomia e ao devido suporte para manter o bem-estar social (BRASIL, 1994).

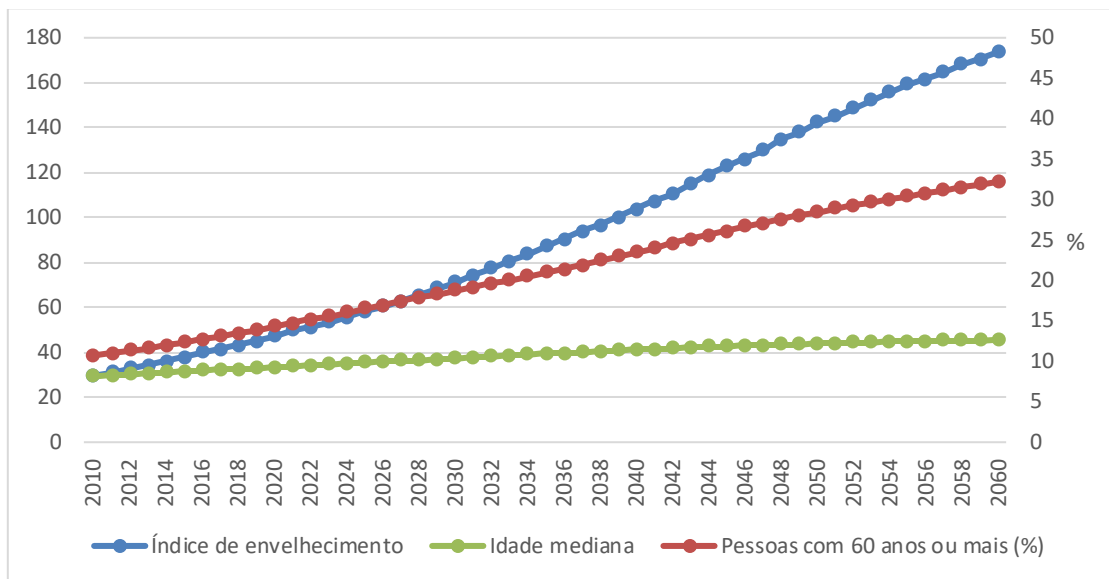
No Brasil, até meados de 1980, as ações governamentais voltadas à saúde e ao bem-estar dos idosos eram caracterizadas por apresentar uma série de defasagens e graves problemas estruturais (FERNANDES; SOARES, 2012). Apenas em 1988, com a promulgação da Constituição Federal que este cenário começou a passar por alterações. No entanto, foi após a Lei nº 8.080 de 1990, originando o Sistema Único de Saúde (SUS) que, de fato, iniciou-se as ações que visavam zelar pelos interesses da população idosa no Brasil (TORRES et al., 2020).

Com o objetivo de legitimar e garantir constitucionalmente essa atenção, foi criada a Política Nacional do Idoso (PNI) por meio da Lei nº 8.842 de 1994, regulamentada pelo decreto nº 1.948 de julho de 1996, revogado em 2019 por meio do Decreto 9.921/2019 (BRASIL, 2019). A PNI trouxe uma série de alterações que buscavam garantir direitos, como a assistência de saúde nos mais diversos níveis de atendimento, a criação de serviços alternativos de saúde para os idosos, além de prevenir, promover e proteger a saúde da população idosa (BRASIL, 1994).

Na sequência, visando o fortalecimento da Política Nacional do Idoso e seguir avançando nos debates e demandas específicas da terceira idade, ocorreu a criação do Estatuto do Idoso, por meio da Lei nº 10.741 de outubro de 2003 (BRASIL, 2003). O Estatuto basicamente reitera os termos da legislação federal, definindo uma série de crimes contra a pessoa idosa e garantindo o direito à vida, à liberdade, à saúde, ao esporte e lazer, à previdência e assistência social, a habitação entre outros temas de fundamental importância para a garantia da subsistência saudável e do exercício da cidadania da população idosa.

O aporte constitucional é um importante instrumento para a construção de políticas públicas para a população idosa, grupo populacional que vem apresentando crescimento e com tendência à aceleração nas próximas décadas (Figura 1). Segundo dados da Projeção de população de 2018 (IBGE, 2018), o índice de envelhecimento tenderá a crescer aproximadamente 5,8 vezes entre 2010 e 2060, passando de 29,5 para 173,4, como resultado do aumento da proporção de idosos na população total (de 10,7% para 32,1%) concomitante à redução dos jovens com até 14 anos (de 24,7% para 14,7%).

Figura 1: Índice de envelhecimento, proporção de pessoas com 60 anos ou mais e idade mediana da população. Brasil, 2010-2060.



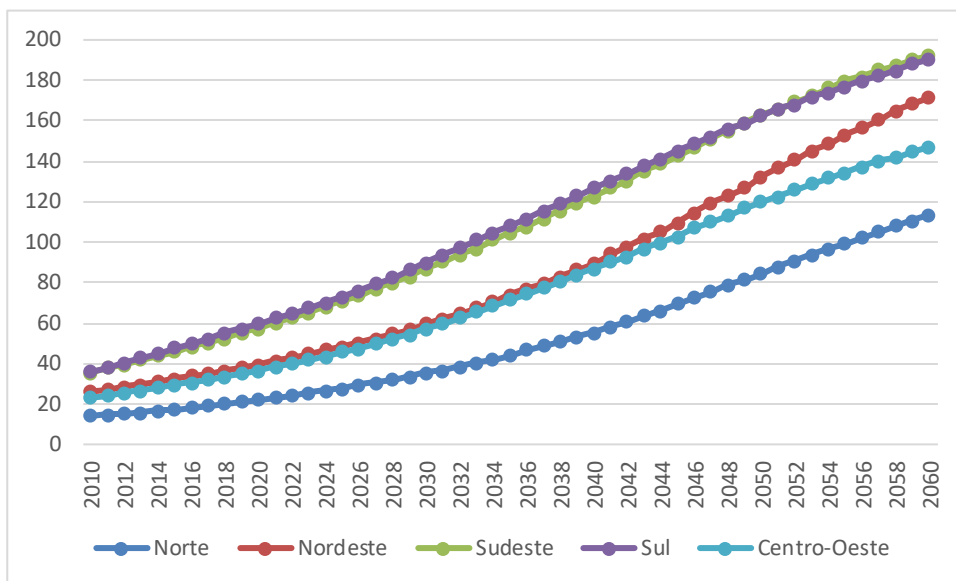
Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010 e Projeção da População de 2018.

Esse resultado está relacionado com as mudanças demográficas estruturais, como a redução da taxa de fecundidade e aumento da longevidade observada e projetada para as próximas décadas. Na projeção de 2018 do IBGE, por exemplo, a taxa de fecundidade projetada para 2060 seria de 1,66 filhos por mulher, frente a 1,75 observado em 2010, já abaixo da taxa de reposição (2,1). Em relação à longevidade, a projeção considerou que em 2060 a expectativa de vida dos brasileiros alcançará 81,0 anos (sendo 77,9 para os homens e 84,2 para as mulheres) frente a 73,8 observada em 2010 (70,2 para os homens e 77,6 para as mulheres).

As projeções indicam, portanto, que o envelhecimento populacional é uma realidade em processo, que gerará demandas crescentes nas próximas décadas para todos os níveis de governo. A tendência de envelhecimento da população brasileira, entretanto, mostra-se diferenciada espacialmente, quando se considera as diferentes porções territoriais e como resultado da dinâmica demográfica geral, inclusive das trocas migratórias.

Entre as grandes regiões e Unidades da Federação essa diferença já pode ser observada. Como observado na Figura 2, as variações em relação ao nível do índice de envelhecimento em 2010 tenderão a se manter nas próximas décadas quanto às grandes regiões, apesar de algumas variações serem esperadas.

Figura 2: Índice de envelhecimento. Grandes regiões do Brasil, 2010-2060.



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010 e Projeção da População de 2018.

O Sul e o Sudeste aparecem como as regiões com o maior índice, enquanto o Norte seria a região com o menor. Cabe destacar, de todo modo, que tendo a migração um papel central para a variação do índice ao longo do tempo e, sendo o elemento mais incerto em relação à dinâmicas futuras, deve-se considerar estes limites para a análise destas perspectivas. Como exemplo, na projeção de população de 2018, o IBGE projetou a migração interna até 2030, repetindo o valor de 2030 para os anos seguintes. A migração internacional não foi contabilizada (IBGE, 2018). Essa estratégia é utilizada justamente pelas dificuldades de se projetar a migração, permitindo mantê-la no cálculo considerando o histórico recente da mesma.

Essas diferenças em relação à dinâmica espacial do envelhecimento também aparecem em nível de municípios, e a forma como cada porção territorial está inserida nas redes econômicas, sociais e políticas fazem diferença para compreender o nível e a velocidade do envelhecimento em cada município e mesmo dentro deles. Na próxima seção adentramos numa análise mais local, apresentando as especificidades do envelhecimento no nível intramunicipal.

5. O papel da migração no envelhecimento

A migração contribui com o envelhecimento a partir do resultado das trocas migratórias que, sendo constantes ao longo do tempo, promovem o envelhecimento de algumas áreas (regiões, UFs e municípios) e o rejuvenescimento de outras. Esse processo advém, de um lado, do próprio padrão por idade da migração interna, como mostrado por Rogers (1988), que se repete com poucas diferenças na comparação internacional, também influenciado pelo tempo de ocorrência de outros fenômenos correlacionados (BERNARD;

BELL; CHARLES-EDWARDS, 2014). Importante destacar, nesse sentido, que o envelhecimento resulta não apenas do deslocamento dos mais velhos, mas também é promovido, numa área, pela saída (emigração) dos mais jovens, que mais migram, para outras localidades.

A tendência ao envelhecimento, observada através de indicadores como o índice de envelhecimento ou da proporção de pessoas idosas na população total (Cf. Figuras 1 e 2), tendem a não evidenciar essa dinâmica espacial, que está intimamente ligada às desigualdades territoriais e às diferentes formas como os municípios ou porções se inserem na dinâmica econômica, política e social.

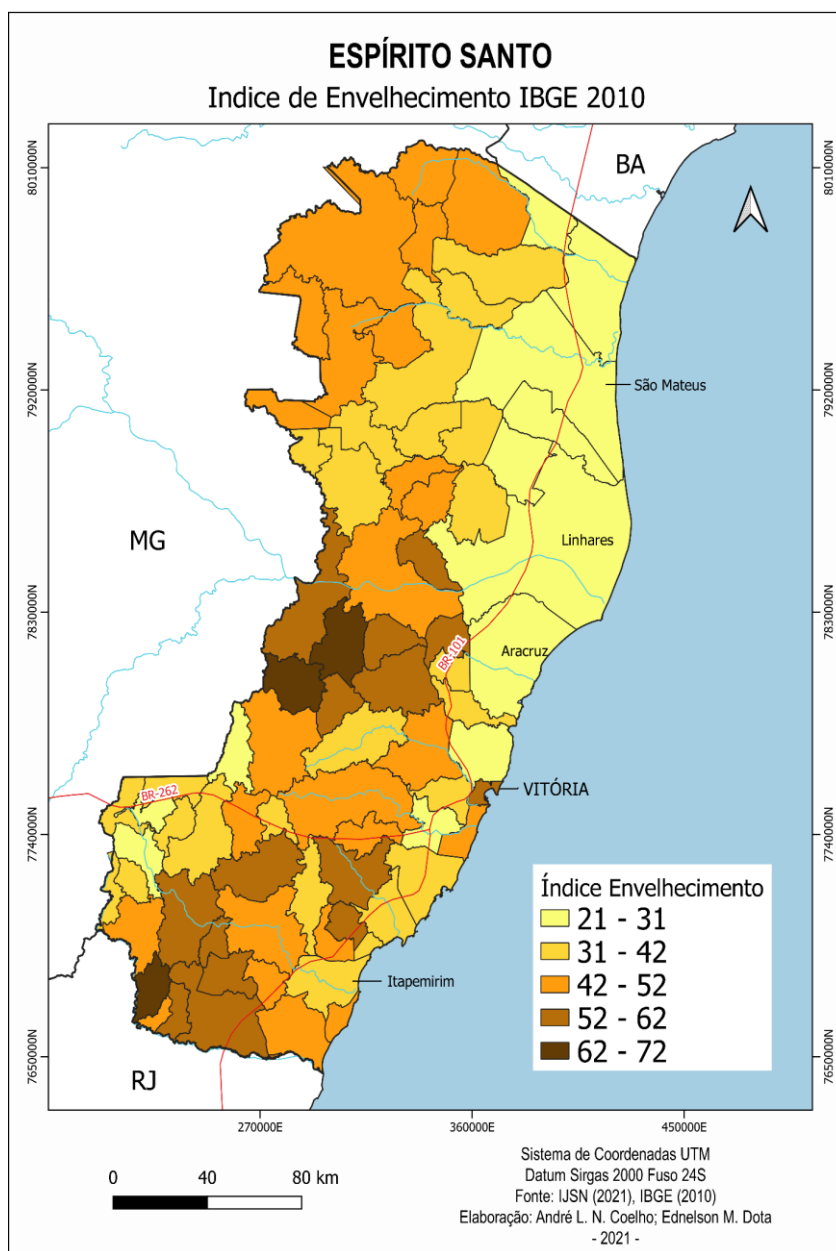
A Figura 3 evidencia essas diferenças para o estado do Espírito Santo: podemos destacar uma primeira divisão, entre municípios litorâneos e do interior, estando os litorâneos com índice de envelhecimento em geral menor. Outra divisão possível para a análise é entre a porção centro-sul do interior e a norte: a centro-sul, região serrana com economia predominante agrária, de pequenas propriedades, com índices maiores do que a porção norte, justamente por cederem mais migrantes para outras porções do que receberem (DOTA; COELHO; CAMARGO, 2017).

Na porção litorânea, o norte com índices menores que o sul, e na região metropolitana muita diferença entre os municípios: Vitória com um índice mais alto, Cariacica e Vila Velha com índices intermediários, e Serra e Viana com índices menores.

No caso da região costeira norte, que tem sido palco de importantes investimentos, como do setor de petróleo e gás (ZANOTELLI et al., 2019), a migração tem apresentado crescimento, e uma maior integração econômica tem sido observada, inclusive com traços de expansão do processo de metropolização a partir da RM da Grande Vitória (DOTA; FERREIRA, 2020).

Essas diferenças nos índices, portanto, advém da forma como a atividade produtiva e fenômenos sociais derivados atuam nas diferentes porções do estado. Neste último, destaca-se a migração em suas diferentes modalidades, que contribuem de maneira decisiva e específica as áreas em que é observada.

Figura 3: Índice de envelhecimento. Municípios do Espírito Santo, 2010.



Na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) o que se observa é uma dinâmica local derivada desse processo geral, com destaque para os diferentes graus de integração e complementaridade entre os sete municípios, que conformam ao longo do tempo os processos de redistribuição espacial da população.

Conforme mostra a Tabela 1, 88,9% da população da região em 2010 estava concentrada nos municípios de Vitória, Serra, Vila Velha e Cariacica. A integração e complementaridade entre eles é intensa, explicitada tanto nos dados das trocas migratórias quanto no deslocamento para trabalho.

Quanto à migração, 87,1% das trocas se concentravam entre os quatro, assim como 91,7% da mobilidade pendular para trabalho se dirigia para um deles. O espaço urbano regional, portanto, é fortemente polarizado por eles, com grande concentração das oportunidades de trabalho e dos espaços de habitação.

Tabela 1: População residente, migração intrametropolitana e saldo do deslocamento pendular para trabalho. Municípios da RMGV, 2010.

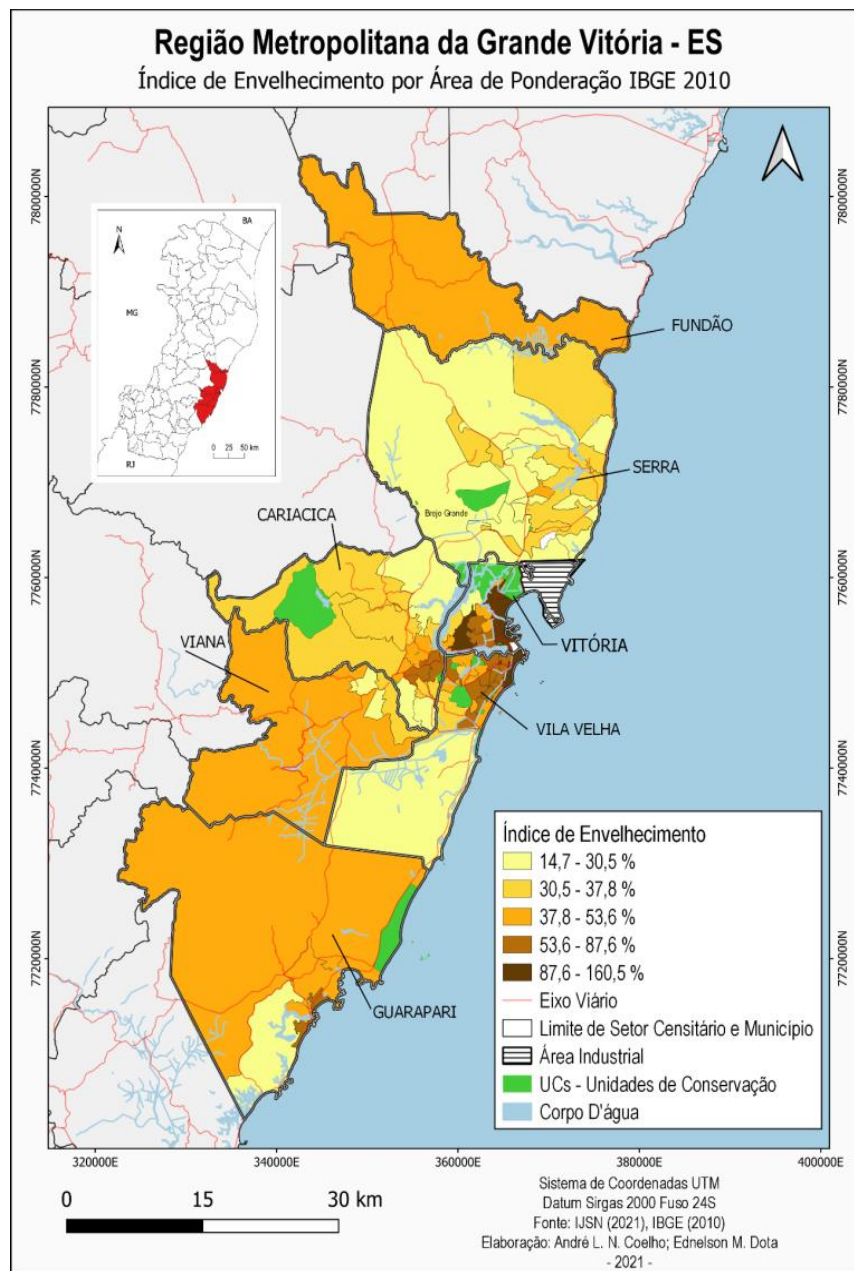
	População	%	Migração intrametropolitana			Saldo no deslocamento pendular para trabalho
			Imigração	Emigração	Saldo	
Cariacica	348.738	20,7	8.979	10.777	-1.798	-50.158
Fundão	17.025	1,0	1.172	480	692	-961
Guarapari	105.286	6,2	2.568	1.749	819	-1.351
Serra	409.267	24,2	13.277	7.532	5.745	-16.175
Viana	65.001	3,9	4.269	2.292	1.977	-7.079
Vila Velha	414.586	24,6	10.998	9.534	1.464	-18.598
Vitória	327.801	19,4	7.543	16.442	-8.899	94.322
RMGV	1.687.704	100,0	48.806	48.806	0	0

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010. Tabulações especiais Lagedep/UFES.

As trocas migratórias e de pessoas ocupadas não são aleatórias, mas resultam do papel de cada município quanto à distribuição espacial das atividades produtivas, das oportunidades de habitação e a própria relação estabelecida entre eles ao longo do tempo, num espaço urbano que, de certo modo, funciona como uma grande cidade (MATOS, 2005), mesmo formado por vários municípios.

A Figura 4 apresenta as desigualdades em termos de envelhecimento nos municípios da RMGV. É perceptível índices maiores em porções mais abastadas (ver Figura 5), como o trecho litorâneo norte de Vila Velha (Praia da Costa) e de Vitória (de Enseada do Suá até Mata da Praia).

Figura 4: Índice de envelhecimento segundo as áreas de ponderação. Municípios da RMGV, 2010.

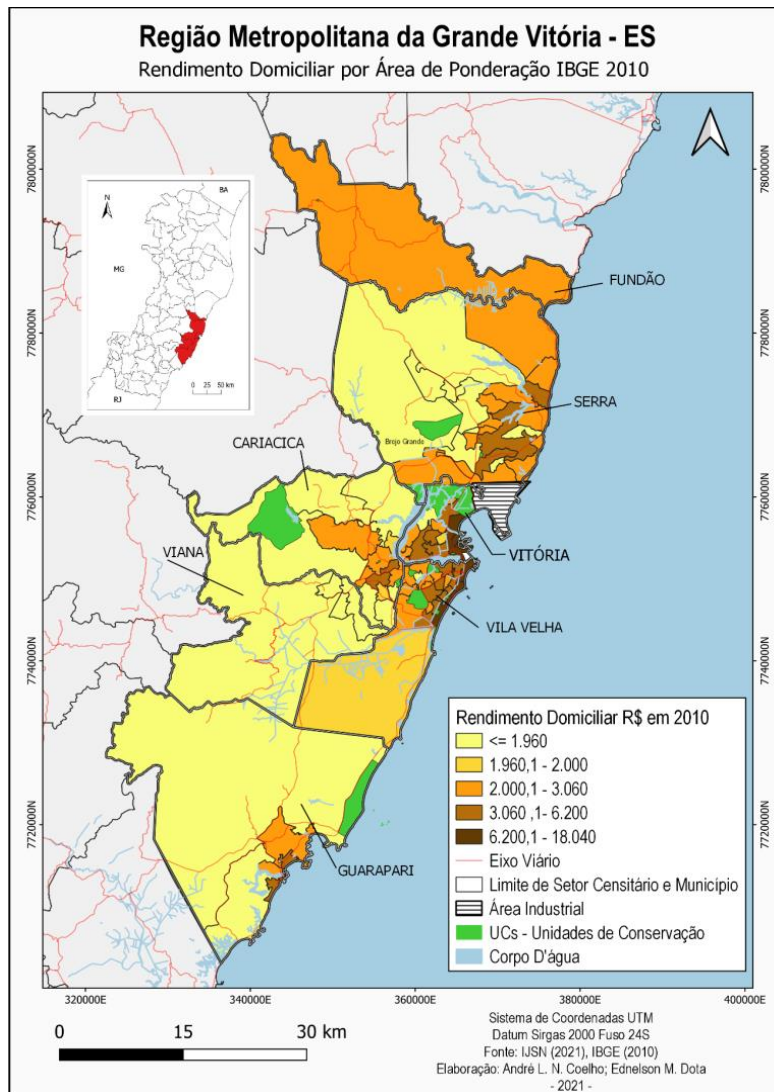


Junto a essa porção que concentra população com melhores condições econômicas, também se encontram as áreas centrais e de ocupação mais antiga de Vitória, Vila Velha, Cariacica e Guarapari.

Na Figura 5, em que se observa o rendimento nominal domiciliar, há um padrão de distribuição que se assemelha ao anterior, indicando o rendimento do trabalho como uma dimensão importante na compreensão do processo de envelhecimento em sua dimensão espacial.

Concordando com os resultados apresentados por Guidugli (2002) e Oliveira (2006), na RMGV as duas variáveis fortemente relacionadas às áreas de concentração da população idosa são as áreas centrais, de ocupação mais antiga, assim como as áreas economicamente mais valorizadas. Apesar de ambas terem como parte da explicação a (re)distribuição espacial da população, nas áreas abastadas, algumas delas de formação recente, o impacto da migração é ainda mais evidente.

Figura 5: Rendimento nominal domiciliar segundo as áreas de ponderação. Municípios da RMGV, 2010.

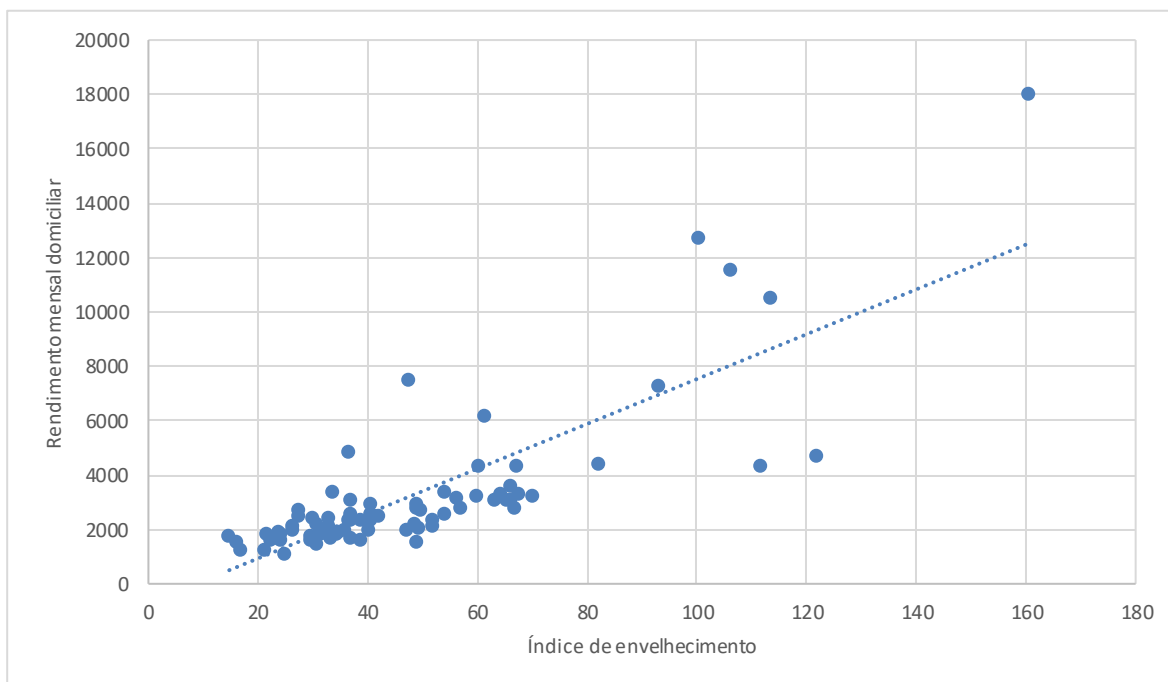


A Figura 6 mostra que as relações que conformam o envelhecimento no nível das áreas de ponderação são complexas e não resultado exclusivo do tempo de ocupação e valorização das áreas. Não obstante a forte correlação positiva entre o índice de envelhecimento e o rendimento mensal domiciliar ($r = 0,713$, $p < 0,001$), deve-se considerar a dinâmica demográfica relacionada.

Nas grandes aglomerações urbanas, as modalidades migratórias predominantes, principalmente a intrametropolitana e a mobilidade residencial, tem entre seus principais condicionantes processos atrelados à dinâmica habitacional. Como mostrou Dota (2015) para a RM de Campinas, Farias (2018) para a RM da Baixada Santista e Cunha (2018) para as principais RMs do Brasil, a expansão urbana tem na mobilidade residencial um elemento chave, pois é o deslocamento da população entre municípios vizinhos ou bairros próximos que alimenta a ocupação de domicílios que vão sendo lançados no mercado ou construídos com recursos próprios.

Nas áreas consolidadas há mais tempo, esses deslocamentos também têm papel chave: com o desenvolvimento das famílias ao longo do ciclo vital, os filhos crescem e saem de casa para a formação de uma nova família ou ocupação de um domicílio sozinho. Em geral, esse movimento tem como destino áreas de ocupação mais novas, com custos de vida menores, justamente por essa nova família estar no início do seu ciclo vital, com rendas menores, menor tempo de experiência no mercado de trabalho, formação escolar ainda em processo, etc.

Figura 6: Relação entre o índice de envelhecimento e o rendimento mensal domiciliar. Áreas de ponderação da RMGV, 2010.



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010. Tabulações especiais Lagedep/UFES.

Como resultado, áreas consolidadas envelhecem pela saída dos mais jovens, que rejuvenescem outras áreas pela sua chegada comparativamente às primeiras, num movimento constante justamente pela dinamicidade dos movimentos dentro dessas áreas.

A relação inequívoca com o rendimento médio e as áreas centrais, portanto, resulta da própria dinâmica demográfica em seu sentido amplo, estando relacionado aos processos de formação de família, do número de filhos, do desenvolvimento do ciclo vital familiar, juntamente aos processos de expansão urbana e produção do espaço urbano.

6. Considerações finais

A dinâmica demográfica, que advém da interação entre fecundidade, mortalidade e migração, faz surgir uma geografia da população que é dinâmica pelo constante processo de transformação. Nas grandes aglomerações isso fica ainda mais evidente, e os resultados dessas interações são elementos chave para compreender as demandas recentes e aquelas que estão por surgir.

O que se observa na RMGV nos dados de 2010 em relação à dinâmica espacial do envelhecimento tem como condicionantes os mesmos processos daqueles apresentados para São Carlos por Guidugli (2002) e Oliveira (2006), mas a aceleração do envelhecimento no Brasil coloca novos desafios à frente, perspectiva confirmada pelos dados prévios do Censo de 2022. Sendo essa dinâmica resultado da interação de muitas variáveis, como demonstrado neste artigo, como considerar que o padrão seguirá o mesmo se temos menor taxa de fecundidade, mudança na composição dos domicílios, alteração nas formas e direções do crescimento demográfico, além de condições estruturais e conjunturais adversas, como os resultados conjuntos das crises política, fiscal, econômica e sanitária no Brasil?

Ao mesmo tempo que a aceleração do envelhecimento populacional é esperado, essas transformações em curso não tendem a alterar o processo de envelhecimento, mas sim a sua dinâmica espacial, colocando em evidência que essas variáveis até aqui centrais na sua análise tendem a perder espaço ou pelo menos ganhar novas formas de influenciar essa dinâmica ao longo do tempo.

Esses resultados evidenciam a relevância de pensar a dinâmica espacial das grandes aglomerações a partir da ótica da geografia da população, já que as mudanças nas variáveis demográficas, ligadas também aos comportamentos e escolhas individuais, modificam a estrutura da população e exigem, ao longo do tempo, adaptação de políticas e reflexão sobre as novas demandas que vão surgindo a partir destas.

7. Referências

BAILEY, A. **Making population geography**. Routledge, 2005.

BERNARD, A.; BELL, M.; CHARLES-EDWARDS, E. **Life-course transitions and the age profile of internal migration**. *Population and Development Review*, v. 40, n. 2, p. 213–239, 2014.

BRASIL. **Lei nº 8.842 de 4 de janeiro de 1994.** Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 5 jan. 1994.

BRASIL. **Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003.** Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências – redação dada pela lei 14.423 de 2022. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 1 out. 2003.

BRASIL. **Decreto-lei nº 9.921 de 18 de julho de 2019.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 18 jul. 2019.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil:** panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA. 1999. Disponível em SSRN: <https://ssrn.com/abstract=159670>

CAMPOS, M. B.; BARBIERI, A. F. **Considerações teóricas sobre as migrações de idosos.** Revista Brasileira de Estudos de População, v. 30, p. S69-S84, 2013.

CARVALHO, R. C.; RIGOTTI, J. I. R. **As migrações nas cidades médias de Minas Gerais e seus impactos no crescimento e na composição por sexo e idade da população no período 1980-2010.** Revista Brasileira de Estudos de População, v. 32, p. 235-256, 2015.

CUNHA, J. M. P. (Ed.). **Dinâmica demográfica e socioespacial no Brasil Metropolitano:** convergências e especificidades regionais. EdUFSCar, 2018.

DOTA, E. M.; FERREIRA, F. C. **Evidência da metropolização do espaço no século XXI:** elementos para identificação e delimitação do fenômeno. Cad. Metrop. São Paulo, v. 22, n. 49, p. 893-912, 2020.

DOTA, E. M. **Mobilidade residencial intrametropolitana na RM de Campinas:** uma abordagem a partir da distribuição espacial dos migrantes. 2015. 221 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de Campinas, Campinas, 2015.

DOTA, E. M.; COELHO, A. L. N.; CAMARGO, D. M. **Atlas da migração no Espírito Santo.** 1. ed. - Vitória: UFES, Proex, 2017.

DOTA, E. M.; COELHO, A. L. N.; RODRIGUES, R. M.; FREITAS, M. H. **Envelhecimento e migração no Espírito Santo:** dinâmica espacial e sociodemográfica para políticas públicas. Edufes & MC&G, 2021.

FARIAS, L. A. C. **Mobilidade populacional e produção do espaço urbano na Baixada Santista:** um olhar sociodemográfico sobre sua trajetória nos últimos 20 anos. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Demografia, Universidade Estadual de Campinas, 2018.

FERNANDES, M. T. O.; SOARES, S. M. **O desenvolvimento de políticas públicas de**

atenção ao idoso no Brasil. Rev Esc Enferm USP, São Paulo, 46(6):1494-1502, 2012.

GUIDUGLI, O. S. **Envelhecimento populacional em escala Micro-regional: questões sócio-espaciais e o caso Rio Claro-SP.** In: XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Abep: Ouro Preto, 2002.

IBGE. **Microdados do Censo Demográfico de 2010 a partir das áreas de ponderação.** Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

IBGE. **Projeções da população: Brasil e unidades da federação - revisão 2018.** Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

IBGE. **Nota metodológica:** Prévia da População dos Municípios com base nos dados do Censo Demográfico de 2022 coletados até o dia 25/12/2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

MARI, F. R.; ALVES, G. G.; AERTS, D. R. G. C.; CAMARA, S. **O processo de envelhecimento e Saúde:** o que pensam as pessoas de meia-idade sobre o tema. Rev. Bras. Geriatr. Gerontol. Rio de Janeiro. 19(1):35-44. 2016.

REDE NOSSA SÃO PAULO. **Mapa da desigualdade 2020.** CEM, Cordial, 2020.

MATOS, R. **Periferias de grandes cidades e movimentos populacionais.** Cadernos da metrópole, n.13, 2005.

OLIVEIRA, R. A. D. **O perfil do envelhecimento populacional em São Carlos - SP: 1980-2005:** questões sócio-espaciais e qualidade de vida. 2006. 320 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2006. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/95625>>.

OLIVEIRA, A. S. **Envelhecimento populacional:** análise do segmento mais idoso em Viana/ES. 2022. 409 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2022.

RODRÍGUEZ-VIGNOLI, J. **El efecto de la migración interna sobre la estructura y las disparidades etarias en las grandes ciudades de América Latina (Tesis doctoral inédita).** Universidad Nacional de Córdoba, Argentina, 2019. <https://rdu.unc.edu.ar/handle/11086/11654>.

RODRIGUEZ-VIGNOLI, J. **Concentration in Greater Santiago and migration:** population, housing and human resources 1977-2017. EURE, v. 48, n. 143, 2022.

ROGERS, A. **Age patterns of elderly migration:** an international comparison. Demography, v. 25, n. 3, p. 355-370, 1988

SANTOS, N. F.; SILVA, M. R. F. **As políticas públicas voltadas ao idoso:** melhorias da qualidade de vida ou reprivatização da velhice. Revista FSA. Teresina. v. 10, n. 2, art. 20, pp. 358-371, 2013

TORRES, K. R. B. O; CAMPOS, M. R.; LUIZA, V. L; CALDAS I, C. P. **Evolução das políticas públicas para a saúde do idoso no contexto do Sistema Único de Saúde.** Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 30(1), 2020.

ZANOTELLI, C. L.; DOTA, E. M.; FERREIRAS, F. C. **Bacia urbano-regional do petróleo: a zona costeira do Espírito Santo associada ao estado do Rio de Janeiro.** Confins, São Paulo, v. 41, 2019.